



*XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (des) igualdades*  
*Transformações, continuidades e dilemas da sociedade cabo-verdiana contemporânea*

**A dependência alimentar e energética de Cabo Verde:**

**A instabilidade dos mercados e as suas principais questões económicas e sociais**

**Victor Reis**

CEA-ISCTE (IUL)

victor.reis@netcabo.pt

Cabo Verde é um Estado de pequenas dimensões cujo território está disperso por dez ilhas. A sua população é de 491 575 habitantes (Censo de 2010). Mais de metade (56%) reside na ilha de Santiago. A cidade da Praia tem 26,9% da população total tendo-se observado nos últimos dez anos um crescimento médio anual de 3%. Este crescimento constitui um grande desafio urbanístico e exige respostas adequadas no abastecimento das populações.

Cerca de um terço das importações são alimentos e tanto a produção de energia como de água dessalinizada dependem da importação de produtos petrolíferos. Em 2007-2008 os bens alimentares e os produtos petrolíferos tiveram uma subida significativa de preços. A crise financeira de 2008-2009 fez parar essa escalada. Os sinais mais recentes indiciam, contudo, uma nova tensão sobre os preços dos bens alimentares e do petróleo.

Face à dependência de Cabo Verde da importação destes produtos coloca-se a questão de saber que condições de resiliência locais existem para amortecer o seu impacto sobre as populações.

Existe, ainda um sector, o do abastecimento de água, tecnicamente dependente da produção de electricidade, que suscita alguma preocupação. A subida do preço dos combustíveis tem criado dificuldades à empresa de produção de água e electricidade que

tem mantido os preços abaixo dos custos de produção. Tal prática é insustentável e pode ter consequências negativas na economia e no orçamento das famílias.

### ***Produção, utilização e comercialização internacional de alimentos e cereais***

Mais de metade da produção de cereais (56%) de 2006 a 2010 foi efectuada pelos países em desenvolvimento. Mas, de acordo com os dados da FAO, a percentagem de utilização de cereais foi superior (61%), tendo estes países consumido mais do que a sua produção.

**Quadro 1 - Média anual da produção e utilização de cereais entre 2006 e 2010**

	Produção		Utilização	
	Milhões de toneladas	%	Milhões de toneladas	%
<b>Total Mundial</b>	<b>2.172,7</b>	100%	<b>2.154,6</b>	100%
Países em desenvolvimento	1.210,2	56%	1.318,4	61%
Países desenvolvidos	962,5	44%	836,2	39%

Fonte: FAO, Crop Prospects and Food Situation, February 2010 e Mars 2011.

Por outro lado, os países desenvolvidos têm mantido um excedente que, em média, foi de 126,3 milhões de toneladas, de 2006 a 2010.

**Quadro 2 - Diferença entre a produção e a utilização média anual de cereais (2006-2010)**

Produção - Utilização	Milhões de toneladas
Países em desenvolvimento	-108,2
Países desenvolvidos	126,3

Fonte: FAO, Crop Prospects and Food Situation, February 2010 e Mars 2011.

Esta assimetria na distribuição do excedente tem também consequências sobre o comércio internacional de cereais. São os países desenvolvidos que concentram mais de 70% das exportações de cereais.

**Quadro 3 - Média anual das exportações de cereais entre 2006 e 2010**

	<b>Milhões de toneladas</b>	<b>Distribuição</b>
<b>Exportações Mundiais</b>	<b>270,2</b>	100%
Países em desenvolvimento	77,6	29%
Países desenvolvidos	192,7	71%

FAO, *Crop Prospects and Food Situation*, February 2010 e Mars 2011.

Cerca de 28% das importações são efectuadas por países com baixo rendimento e défice alimentar. Deste conjunto, em 2010/11, 39 países eram Africanos, correspondendo a quase metade das importações do grupo.

O peso dos países desenvolvidos na exportação de cereais e a relativa fragilidade dos países em desenvolvimento dependentes do seu abastecimento, confere aos primeiros uma posição dominante no mercado internacional de cereais, só atenuada pela produção e reservas locais.

É também significativo que, entre 2002 e 2006, sejam os EUA os maiores exportadores de milho, trigo e arroz, acompanhados da França, Canadá e Austrália.

**Quadro 4 – Os três maiores exportadores de milho, trigo e arroz, entre 2002 e 2006.**

<b>Os três primeiros exportadores</b>	<b>Milho</b>		<b>Trigo</b>		<b>Arroz</b>	
	<i>Países</i>	<i>%</i>	<i>Países</i>	<i>%</i>	<i>Países</i>	<i>%</i>
<b>Primeiro</b>	EUA	49,9	EUA	24,1	EUA	81,1
<b>Segundo</b>	França	11,9	Canadá	13,7	China	3,7
<b>Terceiro</b>	Argentina	10,5	Austrália	13,2	Uruguai	2,9

UNCTAD, *World Investment Report*, 2009.

Embora o total das exportações de cereais represente uma percentagem de 12% da produção mundial, o mercado é dominado por muito poucas empresas transnacionais de grande dimensão que controlam a cadeia de valor da produção alimentar. As empresas que dominam o comércio de cereais constituem uma parte de conglomerados integrados vertical e horizontalmente, incluindo a actividade financeira (sociedades gestoras de fundos, *hedge funds*). O processo de integração vertical da produção alimentar internaliza nos seus sistemas de valor vários estádios de produção e segmentos de valorização de um produto ou conjunto de produtos, qualquer que seja a sua localização mundial. Só uma parte deste conjunto de actividades se inclui na produção agrícola,

como as plantações e quintas integradas por apropriação directa ou por contratos de fornecimento cujas condições são ditadas pela empresa dominante.

No mercado de cereais, 82% das exportações de milho são feitas por três empresas: Gargill, ADM e Zen Noth. Algumas destas empresas dominam outros mercados de produtos e serviços associados à cadeia de valor alimentar internacional como é o caso dos serviços de carga e de expedição de cereais, o empacotamento de carne e a moagem.<sup>1</sup>

“As fontes do poder sobre o mercado das transnacionais que operam nos negócios agrícolas, são multifacetados e estão para além da mera concentração. Têm acesso privilegiado à informação, ao capital e ao poder político o que, tudo junto, ajuda a limitar a competição através da criação de barreiras à entrada no mercado.”<sup>2</sup> “As empresas transnacionais dominantes operam em cerca de 100 países e têm acesso a informação a que muito poucos actores têm acesso”. Os preços das mercadorias não dependem apenas da procura e da oferta mas também das expectativas sobre a sua futura disponibilidade. Os mercados de futuros são ferramentas de gestão que ajudam a compensar a exposição ao risco de variação dos preços através de um contrato de fornecimento antecipado da colheita. Estas empresas têm acesso a enormes somas de capital que lhes permitem cobrir os futuros e influenciar os preços.”<sup>3</sup>

### ***Subida internacional dos preços***

De 2003 a 2008 os preços internacionais dos produtos alimentares sofreram uma subida constante, acentuando-se em 2007 e 2008.

**Quadro 5 - Índices de preços da alimentação (base: 100 = média de 2002 a 2004)**

Período	Índice	Taxa de Variação anual
2006	122	6%
2007	154	26%

<sup>1</sup> Hendrickson, Wilkinson, Heffernan and Gronski (2008), *The Global Food System and Nodes of Power in the Food System*, August 2008, (<http://ssrn.com/abstract=1337273>)

<sup>2</sup> FAO (2003), *Trade reforms and food security – conceptualizing the linkages*, Roma: Commodities and Trade Division, 2003. (<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e0e.htm#fn146>)

<sup>3</sup> FAO (2003).

2008	191	24%
2009	152	-20%
2010 - Maio	164	8%

FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, pp. 90.

“Entre os factores responsáveis pelo aumento dos preços das mercadorias (“commodities”) apresentam-se os elevados custos de produção provocados pela subida do preço do petróleo, a queda por razões climáticas na produção de produtos chave nas exportações de certos países e um forte aumento da procura – incluindo a destinada ao aumento dos stocks de biocombustível. Estes factores ocorrem numa situação de baixa histórica global de stocks de cereais.”<sup>4</sup> Não deve também deixar de se considerar a importância das estruturas de mercado internacional dominado por empresas com dimensão que lhes permite influenciar quer as opções da procura para a produção alimentar ou para biocombustível, quer da oferta, podendo ainda potenciar as tensões sobre o mercado através da sua acção sobre os mercados financeiros. Embora se possa discutir a relação causal com a capitalização bolsista nos anos 2006 e seguintes, pode, contudo afirmar-se que existe uma correlação entre essa capitalização e o preço das “commodities”. A partir de 2009, o agravamento da crise financeira internacional provocou a queda dos índices dos preços da alimentação à semelhança do que aconteceu com o petróleo.

Cabo Verde, como outros pequenos países dependentes do abastecimento de alimentos e de cereais, está à mercê de mercados cujas dinâmicas não pode influenciar.

### ***Resiliência local***

A observação da evolução dos preços do arroz em termos mundiais, apresentado no Índice FAO, permite observar que em 2006 o preço é 37% superior à média de 2002-2004 e que, a partir de 2007 se observa um crescimento de 18% em relação a 2006 acelerando fortemente em 2008 com uma taxa de crescimento anual de 83% em relação a 2007.

#### **Quadro 6 - Índices de preços do arroz (base: 100 = média de 2002 a 2004)**

<sup>4</sup> FAO(2008), *The State of Food and Agriculture*, Roma: Electronic Publishing Policy and Support Branch Communication Division, (<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00.htm>). Tradução do autor.

Período	Índice	Taxa de Variação anual
2006	137	
2007	161	18%
2008	295	83%
2009	253	-14%
2010 - Maio	201	-21%

FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, pp. 90.

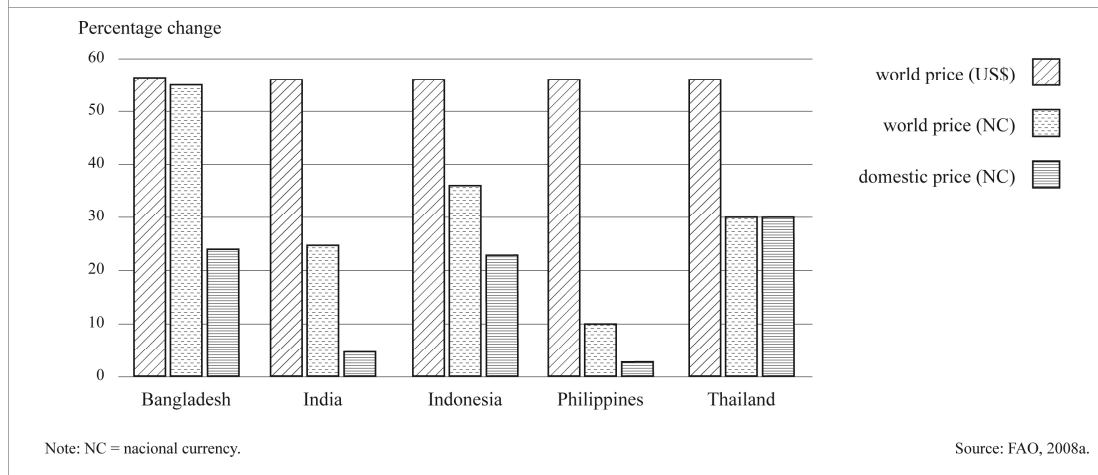
Comparando, contudo, os dados do **Gráfico 1**, pode observar-se que, exceptuando a Tailândia, a subida dos preços domésticos foi sempre muito inferior à registada nos preços do mercado internacional, após a correcção cambial. “Durante este período vários países prosseguiram políticas destinadas a isolar os mercados domésticos dos preços internacionais. Por exemplo, a Índia e as Filipinas utilizaram o armazenamento e distribuição pública tal como restrições ao comércio internacional e o Bangladesh utilizou taxas aduaneiras variáveis de modo a estabilizar os preços domésticos”.<sup>5</sup> O menor impacto da subida dos preços mundiais nos mercados locais não significa, contudo, que os consumidores não tenham sido afectados. Segundo o estudo feito pela FAO<sup>6</sup>, 10% de crescimento dos preços nos principais alimentos significa uma redução de 3% do bem-estar dos mais pobres situados nos vinte por cento da população de menor rendimento. Os preços subiram cerca de 25 a 30 por cento no Bangladesh, Índia e Paquistão com consequências importantes para as comunidades de menor rendimento destes países.

**Gráfico 1 – Variações no preço real do arroz em certos países da Ásia, de Outubro - Dezembro de 2003 para Outubro - Dezembro de 2007.**

<sup>5</sup> FAO(2008). Tradução do autor.

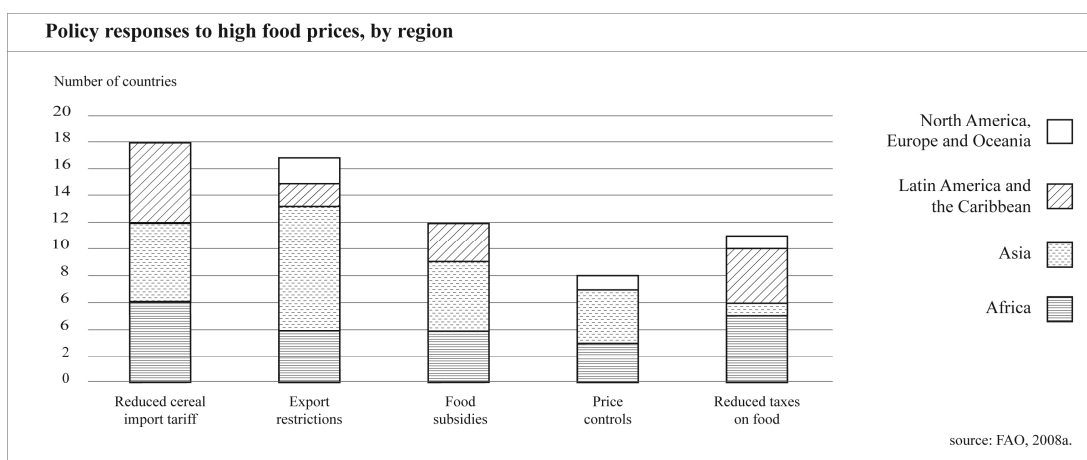
<sup>6</sup> FAO(2008).

**Changes in real rice prices in selected Asian countries, October-December 2003 to October-December 2007**



As principais medidas de política utilizadas pelos governos para reagir à subida internacional dos preços da alimentação foram a redução das taxas aduaneiras sobre as importações, a contingentação ou proibição de exportações de cereais, o pagamento de subsídios á importação, o controlo directo dos preços dos alimentos e a redução dos impostos sobre os bens alimentares (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Respostas políticas aos elevados preços da alimentação, por região**



As restrições às exportações foram mais praticadas nos países asiáticos com incidência sobre a oferta internacional e o respectivo preço. As restantes medidas, de carácter eminentemente fiscal ou de apoio directo sobre os preços têm um alcance limitado a longo prazo, pelos custos que decorrem para os Estados ou para o abastecimento local

### ***Divergência entre a variação dos preços internacionais e locais***

Uma análise do impacto local, sobretudo em Cabo Verde, levar-nos-á contudo a algumas conclusões surpreendentes.

**Quadro 7 - Índice dos preços dos bens alimentares em Cabo Verde, no ano de 2007**

2007	Praia		S. Vicente		Zonas rurais	
	Alimentação	Cereais	Alimentação	Cereais	Alimentação	Cereais
Janeiro	207,4	174,6	195,1	157,6	198,3	170,2
Dezembro	224,1	180,6	206,7	174,8	207,6	176,6
Taxa de variação anual	9%	4%	6%	12%	5%	4%

INE (2008), IPC 2007, Praia.

Primeiro, o preço da alimentação na Praia, em S. Vicente e nas zonas rurais subiu em 2007 a uma taxa anual de, respectivamente, 9%, 6% e 5%, muito inferiores aos 26% do índice FAO.

Por outro lado, a subida local do preço dos cereais na Praia e nas Zonas rurais foi de 4% e em S. Vicente de 12%. Admite-se que tal diferença esteja relacionada com a proximidade da Praia ao meio rural de Santiago sofrendo, assim, a influência do mercado local cujo comportamento será idêntico ao de outras zonas rurais, como Santo Antão.

É possível, a partir destes dados concluir que existe alguma resiliência local à variação dos preços internacionais, ou por a produção local amortecer esse efeito, ou por se terem utilizado reservas disponíveis, ou pela intervenção de Estado ter contido o crescimento dos preços.

Em Cabo Verde o efeito local da variação observada é muito menor do que se poderia admitir a partir da variação do preço internacional dos alimentos. Embora ainda não seja

possível, com os dados disponíveis, avaliar o efeito do crescimento dos preços sobre o bem-estar das famílias mais pobres é, contudo, possível observar o impacto no poder de compra dos consumidores cabo-verdianos.

A partir dos dados sobre a estrutura do consumo é possível concluir que a subida dos preços na alimentação não teve consequências iguais nas regiões rurais e urbanas e nas diferentes ilhas. Estas diferenças devem-se não só ao diferente comportamento dos preços como, também, à diferente estrutura de consumo na Praia, S. Vicente e Zonas Rurais.

**Quadro 8 - Estrutura do consumo na Praia, S. Vicente e zonas rurais, em 2007**

<b>Grupos de bens e serviços</b>	<b>Praia</b>	<b>S. Vicente</b>	<b>Z. Rurais</b>
Alimentação	55%	48%	52%
Bebidas	5%	8%	8%
Tabacos e cigarros	1%	1%	2%
Vestuário e calçado	8%	7%	11%
Habit., Equip. e Mat. Uso domést.	20%	19%	11%
Saúde, higiene e cuidados pessoais	5%	4%	5%
Transportes e comunicações	6%	8%	9%
Outros	1%	4%	1%
	100%	100%	100%

INE (2008), IPC 2007, Praia.

O impacto foi mais acentuado na Praia onde o poder de compra terá sofrido uma quebra de 5%, enquanto em S. Vicente e nas Zonas Rurais esta diminuição do poder de compra terá sido de 3%.

Se os preços em vigor reflectissem a subida observada no mercado internacional, esta perda de poder de compra seria da ordem dos 10 a 11%.

**Quadro 9**

**Comparação entre a perda de poder de compra em Cabo Verde, em 2007, resultante da variação dos preços locais, com o que seria estimada a partir do índice de preços da FAO**

<b>Variação dos preços</b>	<b>Praia</b>	<b>S. Vicente</b>	<b>Z. Rurais</b>
Locais	5%	3%	3%
De acordo com o índice da FAO	10%	10%	11%

Autor a partir de dados do INE (2008).

### ***Algumas respostas sobre a resiliência local***

A diferença significativa entre a variação dos preços dos produtos alimentares em Cabo Verde em 2007 e a variação do índice de preços dos bens alimentares da FAO indicia a presença de factores de resiliência local relacionados com a produção agrícola local e alguma diversificação da produção alimentar local. Apesar da dependência em relação ao abastecimento externo de produtos alimentares admite-se que a produção em Santiago, S. Antão, S. Nicolau e Brava permitiram que os preços tanto dos cereais como da alimentação, em geral, apresentassem um crescimento entre os 4% e os 12%. Esta hipótese parece ser sustentada pela diferença entre o crescimento dos preços dos cereais, respectivamente, nas zonas rurais e em S. Vicente. Refira-se, também, que o crescimento dos preços dos cereais que se observa na Praia pode reflectir a sua proximidade do abastecimento das regiões rurais da ilha de Santiago e o abastecimento constante desta cidade pelos agricultores.

Não existe, por isso, uma resposta única para esta divergência entre os preços internacionais e os preços locais.

A segurança alimentar sempre foi um problema prioritário nacional em Cabo Verde. O abastecimento e produção de alimentos foram sempre assumidos como estratégicos. Desde a Independência que o combate à desertificação e o desenvolvimento da agricultura têm sido considerados prioritários. Os resultados que se começam a observar, num contexto de abertura externa e de liberdade de comércio, devem-se a um conjunto de políticas que passam não só pelos investimentos físicos, como pela mudança institucional, regulação e intervenção nos mercados.

### **Combate à desertificação e desenvolvimento da agricultura**

Um relance sobre as principais opções de investimento público realizado após a independência dá uma ideia da magnitude das preocupações com o combate à desertificação e o desenvolvimento agrícola.

**Quadro 10 - Estrutura do Investimento Público de 1978 a 1990**

Sectores	1978-81	1982-85	1986-90
<b>Desenvolvimento Rural</b>	<b>27,9%</b>	<b>20,2%</b>	<b>22,0%</b>
Transportes e comunicações	24,1%	20,8%	19,8%
Educação e desporto	3,8%	6,7%	11,2%

REIS, Victor (2010) a partir de I, II e III PND – Os valores de 1982 a 1985 são valores programados.<sup>7</sup>

Entre 1978 e 1990 o desenvolvimento rural é a primeira prioridade do ponto de vista da mobilização dos recursos financeiro, seguido do desenvolvimento de infra-estruturas de transportes e comunicações.

Estes investimentos destinaram-se a contrariar a desertificação pela criação de condições para reter as águas das chuvas através de diques de retenção dos caudais das ribeiras e permitir alimentar os mantos freáticos. Ao mesmo tempo que se foram criando condições para a investigação e formação agrícolas e a introdução de espécies adaptadas a condições hídricas adversas.

Tais opções têm-se mantido com elevado grau de prioridade, mesmo depois do processo de liberalização económica.

**Quadro 11 - Estrutura do Investimento Público em 92-95, 98-2000 e 2001-02**

Sectores	92/95	98/2000	2001/02
Habituação, Urbanismo, Saneamento básico	5,8%	21,7%	8,2%
<b>Desenvolvimento Rural</b>	<b>13,1%</b>	<b>19,0%</b>	<b>13,0%</b>
Saúde e Assuntos sociais	4,2%	14,3%	16,3%
Transportes e comunicações	26,5%	11,2%	10,8%

REIS, Victor (2010) a partir de III PND e PND 1997-2000 (adaptado), DGP (2003)<sup>8</sup>

A continuação do aprofundamento qualitativo do desenvolvimento da agricultura é patente no Programa Plurianual de Investimento Público para 2002-2007 que dotou a agricultura de 36% do investimento público total previsto e centrou grande parte desse investimento no desenvolvimento da agricultura de regadio e na produção agropecuária.

<sup>7</sup> REIS, Victor (2010), *Desenvolvimento em Cabo Verde: As Opções Estratégicas e o Investimento Directo Estrangeiro – Contributo Português*, Mimographus, 299.

<sup>8</sup> Ibid, 321.

### Quadro 12 - Programa Plurianual de investimento Público 2002-2007 em \$US

	Valor Global	%
<b>Total Geral</b>	190.595.350	
<b>Programa 18 - Modernização do sector agrário e desenvolvimento rural (36% do total)</b>	67.800.314	100%
18.1 - Desenvolvimento da agricultura irrigada	16.164.272	24%
18.2 - Reconversão da agricultura de Sequeiro	4.367.990	6%
18.3 - Desenvolvimento Agro-Silvopastoril	32.603.666	48%
18.4 - Relançamento da Pecuária (Ruminant & Suini Intensif)	931.934	1%
18.5. Melhor. Do aprovis. Em fatores de produção	2.150.000	3%
18.6 - Desenvolvimento dos Sistemas de Transformação	307.000	0%
18.7. - Investigaçã Agrária e Transfer. De Tecnologias (nacion.)	8.638.262	13%
18.8 - Vigilância epidemia, controlo sanitário e luta cont. doenças	2.427.190	4%
18,9 - Valorização result. Técnico-científicos (cir. Communicat.)	210.000	0%

MAAP & FAO (2004), *Agriculture et Peche: Strategie de Developpement a l'Horizon 2015 & Plan d'Action 2005-2008.*

Entre 2002 e 2004, a execução deste programa teve como principais parceiros de ajuda a Holanda, Estados Unidos e Japão.

### Quadro 13 - Contribuição (em %) dos principais parceiros na execução dos PIP agrícolas (2002-2004)

Países	2002	2003	2004
Holanda	24%	23%	25%
EUA	9%	19%	19%
Japão	37%	17%	18%
Alemanha	3%	16%	7%
União Europeia	3%	4%	7%
China	0%	3%	8%

MAAP & FAO (2004), *Agriculture et Peche: Strategie de Developpement a l'Horizon 2015 & Plan d'Action 2005-2008.*

Ente as infra-estruturas de grande impacto em Santiago na produção, quer de sequeiro quer de regadio, foi a conclusão, em 2006, da barragem do Poilão, em S. Jorge dos Órgãos, construída com a cooperação do Governo da República Popular de China. O seu impacto na produção e no preço de alguns frutos, tubérculos e legumes terá sido muito favorável no abastecimento local pela extensão das culturas de regadio.

## **Políticas públicas sobre a segurança alimentar e o controlo dos preços**

Em 2004, O Ministério do Ambiente, da Agricultura e Pesca em colaboração com a FAO, elaborou um plano de acção para 2005-2008 para a execução de uma estratégia de desenvolvimento com o horizonte de 2015,

A estratégia para a segurança alimentar faz parte deste plano. Esta deveria assegurar a disponibilidade de alimentos de boa qualidade, a sua acessibilidade, incluindo a das pessoas mais vulneráveis, a estabilidade de aprovisionamento no espaço e no tempo e a sua utilização mais eficiente.<sup>9</sup>

Com a liberalização do mercado de importação em 1999 e a privatização e cessação do monopólio da MOAVE em 2004, o comércio de cereais e de alimentos passou a ser feito por operadores privados. Actualmente a importação de cereais é realizada por três grandes empresas, a MOAVE, a CIC e a CORIN. Por outro lado, a integração na Organização Mundial do Comércio em Dezembro de 2007 vem contribuir para a diminuição das taxas aduaneiras sobre os cereais e respectivos preços.

A regulação do mercado passou a ser feita pela ANSA (Agência Nacional de Segurança Alimentar). Este organismo do governo passou a monitorizar o abastecimento de cereais e de outros alimentos, fazendo controlo das reservas de cereais não só a nível nacional como por ilha, antecipando os problemas suscitados pela oscilação dos preços, do consumo e do abastecimento. A importação de cereais passou a poder ser feita por qualquer comerciante de qualquer dimensão. A ANSA procura ainda antecipar situações especulativas procurando informar e estabelecer acordos que permitam evitar tanto a ruptura de stocks como a sua formação excessiva. Os preços são determinados pelo mercado. No caso dos cereais, os importadores repercutem as alterações nos preços de aquisição nos preços de venda, mesmo que condicionados pela concorrência interna.

A constituição preventiva de reservas é uma das estratégias que explica uma certa estabilização e controlo da subida dos preços. Esta estratégia tem sido o resultado da articulação da acção governativa com os grandes operadores de abastecimento de alimentos.

---

<sup>9</sup> MAAP & FAO (2004), 183.

Actualmente a ajuda alimentar internacional é muito reduzida. Por isso, o seu impacto sobre os preços não é relevante. Estes cereais são submetidos pelo Estado a concurso público e as suas receitas (fundos de contrapartida) são integrados no orçamento do Estado.

Outra razão para a moderação na subida dos produtos alimentares foi o aumento da produção e oferta de frutos e legumes com a extensão do regadio em Santiago e a maior produção de sequeiro, reflexo dos investimentos já efectuados.

Numa breve conclusão, a diferença entre os aumentos dos preços da alimentação e dos cereais revelados pelo índice da FAO e os aumentos menores apresentados pelos índices dos preços do INE de Cabo Verde, deve-se a três factores conjugados, a diminuição das taxas aduaneiras resultantes da adesão de Cabo Verde à OMC, a existência de reservas de cereais com preços mais baixos, a monitorização de comportamentos especulativos pela ANSA e o crescimento da produção e oferta local de frutos e legumes.

### ***O Abastecimento de água***

Quanto ao abastecimento de água, a questão principal não está relacionada com as condições técnicas e sanitárias, mas sim com as condições de sustentabilidade financeira da ELECTRA cujas dificuldades têm sido crescentes com a subida do preço do petróleo. O impacto social e económico negativo da subida do preço da energia eléctrica e da água transforma este problema num dilema de solução difícil.

De 2005 para 2007 os combustíveis e outras matérias passaram de 55% da produção para 82%.

**Quadro 14 - Peso dos combustíveis e outras matérias na produção**

<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
55%	78%	82%

REIS, Victor (2008), Ónus social da água em Cabo Verde.

Apesar de se terem obtido ganhos de eficiência na produção de água, mesmo assim, a incapacidade da empresa gerar um valor acrescentado suficiente para cobrir os salários

cria necessariamente muitas dificuldades na sua capacidade de ajustar a sua oferta de água às necessidades crescentes da população, especialmente em meios urbanos como a cidade da Praia onde o crescimento é mais rápido.

**Quadro 15 - Percentagem do VAB nas vendas**

VAB/Valor das Vendas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Água	42%	42%	66%	70%	70%	60%	56%
Electra	3%	2%	30%	36%	35%	11%	8%

REIS, Victor (2008), Ónus social da água em Cabo Verde.

Ao contrário do que tem acontecido com a agricultura, neste caso os problemas antecipam-se às soluções tornando-se cada vez mais difícil, a não ser que se encontre uma solução de ajuda que permita compensar os custos sociais da produção de água e electricidade.

## Referências bibliográficas

BCV (2010), *Indicadores Económicos & Financeiros*, Praia: Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos, 2010.

([http://www.bcv.cv/\\_conteudo/publicacao/estatistica/indicador/2010/bi\\_2010\\_05.pdf](http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/estatistica/indicador/2010/bi_2010_05.pdf)).

BP (2010), *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2008-2009*, Lisboa: Departamento de Relações Internacionais.

([http://www.bcplp.org/SiteCollectionDocuments/00\\_EEPTL\\_2009.pdf](http://www.bcplp.org/SiteCollectionDocuments/00_EEPTL_2009.pdf))

INE (2008), *IPC2007, Praia*.

FAO (2003), *Trade reforms and food security – conceptualizing the linkages*, Roma: Commodities and Trade Division, 2003.

(<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e0e.htm#fn146>)

FAO(2008), *The State of Food and Agriculture*, Roma: Electronic Publishing Policy and Support Branch Communication Division,

(<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00.htm>).

FAO(2010), *Crop Prospects and Food Situation, February 2010*.

(<http://www.fao.org/docrep/011/ai480e/ai480e00.htm>).

FAO(2011), *Crop Prospects and Food Situation, Mars 2011*.

(<http://www.fao.org/docrep/013/al977e/al977e00.pdf>).

Gibbon, P. (2001) Upgrading Primary Production: A Global Commodity Chain Approach. *World Development* Vol.29, No.2

Hendrickson, Wilkinson, Heffernan and Gronski (2008), *The Global Food System and Nodes of Power in the Food System*, August 2008. (<http://ssrn.com/abstract=1337273>)

MAAP & FAO (2004), *Agriculture et Peche: Strategie de Developpement a l'Horizon 2015 & Plan d'Action 2005-2008*, Praia: Ministério do Ambiente, da Agricultura e Pescas e FAO.

REIS, Victor (2010), *Desenvolvimento em Cabo Verde: As Opções Estratégicas e o Investimento Directo Estrangeiro – Contributo Português*, Mimographus.

REIS, Victor(2008), «Ónus social da água em Cabo Verde», Conferencia *Water in Africa: Hidro-optimism or hidro-pessimism?*, 2-3 de Outubro, Porto: Centro de Estudos Africanos do Porto.

([https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0Bz4xobHdKigvOWI5MDFmNGMtODczMi00ZjFjLWIwMWetYmMwY2ZhMzNkODJk&hl=en\\_US](https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0Bz4xobHdKigvOWI5MDFmNGMtODczMi00ZjFjLWIwMWetYmMwY2ZhMzNkODJk&hl=en_US))



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

17

UNCTAD (2009), *World Investment Report, 2009*

(<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=11904&intItemID=5037&lang=1&mode=downloads>)